

MAL- ESTAR DO PROFESSOR DA REDE PÚBLICA

**Vanessa Borri,
PUCPR,
vanessaborri@hotmail.com**

**Adeliany Marielcy Rodrigues dos Santos,
Faculdade Pequeno Príncipe,
adeliany_marielcy@hotmail.com,**

**Ellene Carla Baettker,
PUCPR,
ellenecarla@hotmail.com,**

**Rejane Teixeira Coelho,
PUCSP,
enojerco@uol.com.br**

RESUMO

A partir de uma pesquisa bibliográfica sobre o mal- estar do professor da rede pública, utilizando como referencial teórico os autores Karl Marx – com a reflexão sobre trabalho alienado e trabalho criativo na sociedade capitalista- e Christophe Dejours – com os aspectos da psicodinâmica no trabalho – e o presente artigo contextualiza a educação brasileira da rede pública; caracteriza as principais psicopatologias que são adquiridas pelo professor em seu campo de trabalho; analisando a relação entre problemas psíquicos e sintomas psicossomáticos; manifestações de angústia, alienação, ansiedade, exaustão emocional; além de estresse ocupacional e Síndrome de Burnout em quem exerce a profissão de professor.

Palavras-Chave: Professor; Rede pública; mal-estar.

1 INTRODUÇÃO

No referido estudo, o termo “mal-estar”, é uma expressão que segundo o Dicionário da Academia Real da Língua (apud, ESTEVE, 1999, p. 12) representa um incômodo indefinível. Relacionado às condições de trabalho do professor, a expressão configura-se como “mal-estar docente”. Esse processo referido ao trabalho de professores tem assumido proporções alarmantes quando dimensionado aos níveis de saúde do trabalho.

Esses podem ser observados pela pesquisa realizada por Gasparini, Barreto e Assunção (2005, p. 193) sobre as condições de trabalho e os efeitos sobre a saúde do professor, constatou-se que no período de 2001 a 2002 os transtornos psíquicos apareceram em primeiro lugar, contabilizando 15% das causas de afastamento dos professores, em segundo lugar aparecem as doenças do aparelho respiratório (12%) e em terceiro lugar aparecem as doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo (11%).

A elaboração do presente artigo foi instigada a partir da ideia de Mészáros (2008, p. 65) na qual a educação possui um papel soberano na elaboração de estratégias apropriadas, que modifiquem as condições objetivas de reprodução e na consciência de “auto mudança”, convoca os indivíduos a materializar a produção de uma ordem social, metabólica, racional e dessemelhante. Destaca-se ainda, o fato de a temática proposta ser um fator de muita discussão em diferentes áreas do contexto social, estejam elas voltadas ao campo acadêmico ou à vida prática.

No que se refere à esfera social, a relevância de tal trabalho aparece primeiramente por ser um fenômeno considerado internacional, com seus primeiros sintomas aparecendo na década de 80 em países desenvolvidos como França, Suécia e Reino Unido (FONSECA, 1999, apud ESTEVE, 1999, p. 8), além do mais, ao se discutir o mal-estar dos professores, surgem possibilidades de melhorar o trabalho dos mesmos e como consequência a educação do nosso país.

A necessidade de melhoria do trabalho docente se dá a partir da ambivalência que o mesmo apresenta, afinal ele tem tudo para ser o melhor, pois, não possuindo fragmentação, o indivíduo é o próprio controlador de seu processo de produção, possui uma liberdade para criar, agir, definir ritmos e sequências de atividades de acordo com o rendimento de seus alunos. Contudo, é um trabalho extremamente delicado no que se refere a termos

psicológicos, pois envolve um grande investimento afetivo, tanto na relação com os outros como na relação com o produto do trabalho (LAWDER, 2006).

Sobre a questão acadêmica, a pesquisa traz contribuições na busca de problematizar as causas e consequências do mal-estar apresentado pelos professores da rede pública no exercício profissional.

Por fim, no aspecto da prática, este trabalho pretende contribuir, para problematizar a atuação dos professores de rede pública, auxiliando na formação de uma nova imagem da função docente, tanto por parte da sociedade quanto do próprio professor, buscando com isto diminuir os mal-estares de tais profissionais. Auxiliando desta forma para que “nossos professores recuperem o orgulho de serem docentes, e que nossa sociedade reconheça o importante trabalho que realizam” (ESTEVE, 1999, p. 14).

2A EDUCAÇÃO NA REDE PÚBLICA BRASILEIRA E A AÇÃO DOCENTE

Para uma boa compreensão da saúde mental do professor da rede pública na atualidade, faz-se necessário esclarecer os caminhos percorridos pelo sistema educacional brasileiro.

A partir da reorientação do modelo econômico e da tendência de nacionalização das atividades produtivas, a educação segue seu percurso dilacerando as barreiras características das fases históricas – Primeira República, Estado Novo, Retorno e queda de Getúlio Vargas, aprovação da LDB¹ n° 4.024/61 – do Brasil, adaptando-se às orientações formadas por interesses econômicos e políticos de cada grupo em ascensão ao poder (BARBOSA, 1978).

Considerando as ideias de Marx (1983, p. 24 e 25, apud DORE, 2006) de que “ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela” se torna possível destacar que com algumas mudanças no contexto socioeconômico (crise do café de 1929) que a sociedade brasileira passou, o modelo educacional escolar vigente também sofreu alterações, “pois era necessária sua readaptação para atendimento à crescente demanda, não só da elite, mas da própria classe operária, que iria atender à estrutura industrial em implantação” (BARBOSA, 1978, p. 3-4).

As mudanças ocorridas no sistema educacional brasileiro, no decorrer da história, geraram mudanças significativas na formação e perfil do profissional docente. Além das

¹ Lei de diretrizes e Bases da Educação

exigências pessoais e do meio em relação à eficácia de sua atividade (FONSECA, 1999, apud ESTEVE, 1999, p. 8), sobre as modificações na formação, Gatti e Barreto (2009, p. 37) ressaltam:

Com o início da progressão da industrialização no país, nas primeiras décadas do século XX, a necessidade de maior escolarização começa a se colocar entre os trabalhadores e inicia-se uma pequena expansão no sistema de ensino. Para atender a essa expansão, mais professores passa a ser demandados. Então, nos anos 1930, a partir da formação de bacharéis, acrescenta-se um ano com disciplinas da área de educação para a obtenção da licenciatura, esta dirigida à formação de docentes para o ensino secundário.

Segundo Frigotto (2005), na segunda metade do século XX o campo educacional passa por duas reformas que o alterou profundamente. A primeira, que é a reforma universitária, ocorreu em 1968, e a segunda, que é a reforma dos ensinos primários e secundários, ocorreu em 1971. Tal debate foi dirigido pelo processo constituinte e, logo após, pela constituição de 1988.

Sobre a Lei nº 5.692², de 1971, que reformou a educação básica no Brasil, Gatti e Barreto (2009, p. 38) ressaltam que não estava garantido à época o suprimento de professores para uma rede de ensino em crescimento. Logo, tal lei criava várias possibilidades de suprir a carência de docentes formados em cursos de licenciatura.

Silva et al. (1991, p. 135, apud Gatti e Barreto, 2009, p. 41) averigam que vários trabalhos voltados à formação do professor denunciam que há:

Uma grande imprecisão sobre qual o perfil desejável a esse profissional, e que diferentes obras, ao longo do tempo, fazem críticas aos currículos dos cursos apontados como enciclopédicos, elitistas e idealistas. Consideram, ainda, que as diferentes reformas acabaram por aligeirá-los cada vez mais tornando-os (sic), na sua maioria, currículos de formação geral diluída e formação específica cada vez mais superficial.

Portanto, a atuação do docente foi se modificando ao longo do tempo com objetivo de se adequar às demandas que cada período histórico possuía, ou seja, segundo Aquino (1996, p.41) “[...] as práticas escolares são testemunhas (e sempre protagonistas) das transformações históricas, isto é, que seu perfil vai adquirindo diferentes contornos de acordo com as contingências socioculturais [...]”.

Desta forma, podemos observar que a visão que a sociedade tinha do professor não é a mesma dos dias atuais. Enquantoque antes da década de 70 “o professor não era só aquele que sabia mais, mas que podia mais, porque estava mais próximo da lei, afiliado a ela.”

² Ensino obrigatório de oito anos

(AQUINO,1996, p.43); podemos perceber que atualmente o docente perdeu esse status social que lhe era concedido outrora, restando apenas um caráter simplista e pouco valorizado da função que executa.

Pelo fato de os professores terem a prática do cotidiano inerente a sua formação, tais mudanças nesta geram uma alteração na atuação em sala de aula. Além disso, Lawder (2006), a partir das ideias de Heller (1970), declara que o profissional da educação coloca-se em seu trabalho diário com todas as suas capacidades e com as experiências adquiridas, moldando seus sentimentos, ideias e ideologias.

O trabalho do professor é composto por processos variados, em uma grande maioria envolvendo ciclos longos e flexíveis; possibilita ao trabalhador a expressão da sua criatividade, estimulando também seu crescimento pessoal e profissional; a possibilidade de exercício de controle sobre os processos que compõem esta atividade profissional permite que o executor sinta-se dono do processo, responsável pelos resultados e importante para aqueles que atende em seu exercício profissional (SORATTO e OLIVIER-HECKLER, 2002, p. 121, apud LAWDER, 2006).

No cotidiano do professor, também é observável que o mesmo realiza um trabalho padronizado e repetitivo, sem respeito a seus ritmos e peculiaridades individuais, trazendo sentimentos de desajuste e insatisfação diante dos reais problemas da prática pedagógica em contradição com a imagem do professor ideal (LAWDER, 2006).

Afinal, a escola auxilia na propagação da ordem e da aceitação em vários aspectos que não só verbal, mas na postura dos alunos e professores, todos estão envolvidos neste sistema e estão cooperando para que o mesmo perpetue, se tornando evidente as sanções para aqueles que pensem ou ajam de forma diferente da esperada.

Apesar das diversas mudanças da atuação na docência, as mesmas não ocorreram da mesma forma no padrão e nas estruturas de ensino, trazendo marcas de um passado rígido e elitista para uma educação que se propôs a utilizar mecanismos democráticos de participação geral da população nas escolas. Desse modo, também observamos que através dos processos históricos, surge um novo perfil de aluno (um novo sujeito histórico), o qual não teme o professor, deixando de ser submisso ao mesmo (AQUINO,1996, p.43).

Esse procedimento de ampliação da participação da população no processo de aprendizagem está vinculado aos direitos conquistados através de manifestações e outras formas de expressão popular, em que o caráter elitista e conservador, o qual beneficiava apenas às classes sociais privilegiadas, é substituído por uma tentativa de democracia, a qual

utiliza mecanismos discriminatórios mais sutis, além da conservação das velhas formas institucionais. (AQUINO,1996, p.44-45).

Logo, o trabalho docente, além de gerar responsabilidades, pode produzir tensões, isto por causa das cobranças dos resultados infundidos nessa flexibilidade e pela complexidade de seu trabalho que resulta num produto abstrato e condições que não são propícias para seu ambiente de atuação (LAWDER, 2006).

3 O TRABALHO

3.1 CONCEITOS DE TRABALHO E ALIENAÇÃO EM MARX

Para entender o processo que os professores encaram no seu dia-a-dia, faz-se necessário compreender as relações que permeiam o trabalho na sociedade capitalista. Afinal, o conjunto de relações de produção para Marx (1983, p. 24 e 25, apud DORE, 2006, p. 331)

[...] forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política e à qual correspondem determinadas formas de consciência social [...] Ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela.

Fromm (1983, p. 26) salienta que o trabalho é o mediador entre o homem e a natureza, ou seja, é o esforço humano para a regulamentação de seu metabolismo com a natureza. Sendo assim, o trabalho é a expressão da vida humana e através dele observa-se a possibilidade de uma interação do homem com a natureza conseguindo transformar-se a si mesmo.

A atividade econômica está embasada no trabalho – responsável pela criação de bens e valores da riqueza social. Tal trabalho é classificado por Netto e Braz (2008) pela responsabilidade ao atendimento de necessidades, através de processo de transformação de matérias naturais, com o auxílio de instrumentos (que fazem intermédio entre o homem e a matéria), em produtos dotados de valores de uso e troca. O produto tem q ter uma funcionalidade para uma maioria

O trabalho humano possui como característica fundamental a criatividade, como pode ser observado na comparação do trabalho do arquiteto e da abelha, realizada por Marx (1975, p. 202, apud KELLER, 2010, p. 25):

[...] o que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade. No fim do processo de trabalho aparece um resultado que já existia antes idealmente na imaginação do trabalho. Ele não transforma apenas o material sobre o qual opera; ele imprime ao material o projeto que tinha conscientemente em mira, o qual constitui a lei determinante do seu modo de operar e ao qual tem de subordinar sua vontade.

Sendo assim, a criatividade é imaterial, intangível (intocável) e subjetiva, definida como característica da força de trabalho (AMORIM e FREDERICO, 2008), além de que “a forma pela qual o reconhecimento da criatividade individual pelo coletivo de trabalho atua, enriquecendo a identidade, é um aspecto importante a favor da vitalidade e da saúde” (SILVA, 2011, p. 65).

Porém, mesmo com toda sua relevância na produção, o capitalismo interessa-se por uma única criatividade, que é aquela que do ponto de vista socioeconômico é capaz de resolver problemas relevantes ou criar o novo (AMORIM e FREDERICO, 2008).

Netto e Braz (2008) declaram que o trabalho precisa ser realizado de maneira coletiva, inserindo o sujeito em um conjunto de outros sujeitos, porém tal inserção não é igualitária, motivada pela “divisão social de trabalho”, tema fundamentado por Marx (1988, p. 50) ressaltando que ao realizar essa divisão cada pessoa ou grupo se torna responsável pela fabricação de determinada mercadoria, aumentando a produtividade e consequentemente o valor da mesma.

3.2 O TRABALHO NO CAPITALISMO

O capitalismo se baseia em um modo de produção em que as mercadorias estão em primeiro lugar, visando através desta extrair a mais-valia (diferença do tempo gasto para produzir e do tempo que ele gastaria para produzir), que representa a diferença entre os bens necessários para produzi-las e o lucro retirado das mesmas. Segundo Silva (2003 apud PARO, 2006, p. 16):

A produção das mercadorias no capitalismo não tem em si o fim de produzir bens, objetos ou utilidades que supram carências humanas (valor de uso – achar um utilidade). Nesse modo de produção, as mercadorias assumem formas diversas e, [...] nas relações sociais de produção elas são portadoras materiais de valores de troca – trocar por algo a mais [...] advém da relação entre pessoas e manifestam-se na troca entre objetos de utilidades diferentes.

A mais-valia é de importante compreensão e para facilitar podemos pensar o porquê ser esta categoria a principal causadora da exploração e consequentemente dos problemas

sociais. Se a mais-valia se dá pelo lucro, pelos excedentes da produção da mercadoria, devemos observar o principal meio necessário se chegar até esta, a força de trabalho. Segundo Silva (2003 apud PARO, 2006, p. 17) a produção de valor se dá:

[...] o dispêndio da força de um trabalho humano além do necessário para a sua reprodução. Uma vez deflagrado o processo de produção, o homem precisa produzir (despender energia) apenas o suficiente para a reprodução da sua força de trabalho. Sob o capitalismo, no entanto, o trabalhador vai, além disso, gerando um excedente de trabalho que é apropriado pelo capitalista. [...]

O trabalho deixa de existir para a produção de objetos úteis, para se tornar produção de valor (MARX, 1975, p. 584, apud KELLER, 2010, p.26). Além disso, esse meio de trabalho leva a um sistema multiramificado, que se comparado ao trabalho do professor, que embora seja especializado em determinada função, vê esta permeada por outros profissionais e relações.

Deste modo, o trabalho que deveria ser um modo de produção da existência humana, torna-se um mecanismo de exploração e alienação, “cisão do homem em relação ao objeto que o engrandece como homem, à indiferença do homem frente ao objeto de seu trabalho”. (SILVA, 2003 apud PARO, 2006, p. 18).

O trabalho deixa de ser criativo passando a comprometer a vitalidade do trabalhador ou ameaçando sua felicidade. Nesta ocasião, o homem não pode voltar suas energias para a arte, ciências, jogos, exercícios de habilidades, satisfação de curiosidade, à conquista da natureza ou até à conquista de si mesmo (SKINNER, 1978, p. 78).

Nesse contexto, o trabalho deixa de ser criativo para se tornar trabalho alienado. Pois, no processo de trabalho nas condições estabelecidas pelo sistema econômico capitalista, o homem se afasta de suas próprias faculdades criadoras e os objetos que ele mesmo poderia criar tornam-se seres estranhos e, eventualmente, dominando-o, tornando-se forças independentes do produto. Nesse processo se desenvolve o mecanismo de alienação, que pode ser caracterizado como uma forma de inversão da consciência, em que a criatura (mercadoria) passa a dominar o homem (NETTO e BRAZ, 2008). Alienação (alheamento) significa que o homem não se vivencia como agente ativo de seu controle sobre o mundo, mas que o mundo permanece alheio ou estranho a ele.

Ou seja, é o social que determina a consciência do indivíduo, com isso o processo de vida social e intelectual em geral sofre um condicionamento do sistema de produção da vida material (FROMM, 1983, p.26), impedindo-o de perceber e pensar sobre determinados fatos e experiências, além de fazê-lo perder de forma crescente o sentido de seu trabalho.

Segundo Marx (1844) o homem se aliena de tal maneira que ele se rebaixa ao nível de uma mercadoria deplorável, e quanto maior a miséria do mesmo, maior é a riqueza acumulada pelo capitalista, gerando assim a detenção do poder em poucas mãos.

Assim, o trabalho passa de uma forma de recriar o homem, para uma espécie de perversão – estar alheio ao trabalho – do trabalhador (sofre mas não sai do trabalho), em que o mesmo é um servo do objeto (passando até mesmo fome por este). Além disso, por ser o trabalho externo ao trabalhador, o mesmo se nega, criando um sentimento de sofrimento, não desenvolvendo livremente suas energias mentais e físicas, deixando-o exausto e deprimido. Portanto, o trabalhador só se sente feliz no seu tempo de folga, pois o trabalho é forçado, e só é realizado pela necessidade que ele tem de suprir suas necessidades de sobrevivência (MARX, 1844).

A alienação do trabalhador ao produto final acontece quando ao final do dia, o trabalhador não se vê inserido no processo de transformação da matéria-prima em produto, deixando de se ver como produtor de riqueza, desse modo aquele é atribuído ao outro, resultando em um processo de estranhamento.

Com o trabalho alienado, o trabalhador transforma-se em “homem-mercadoria”, onde “o homem é uma entidade identificável e verificável, podendo ser definido como homem não apenas biológica, anatômica e fisiologicamente, mas também psicologicamente” (FROMM, 1983, p. 34).

Esse homem possui uma essência histórica e um potencial que lhe é dado, já que é matéria-prima humana e que como tal não pode ser modificado. Contudo o homem sofre uma modificação no decorrer da história, através das experiências que tem no decorrer da vida, e nas relações com a sociedade. Ao contrário das mercadorias, que se caracterizam por objetos que atende a alguma(s) necessidade (s), sendo de origem do estômago (fisiológica) ou da fantasia (o que almeja). As coisas úteis aparecem sob dois pontos de vista, o qualitativo (valor de uso) e o quantitativo (valor de troca), sendo o primeiro responsável pelo valor-de-uso, que se dá pelo uso e consumo, e pelo modo que é feita dada mercadoria. E o quantitativo, que surge como o valor-de-troca, em que ocorre a abstração do valor-de-uso, se tornando produto do trabalho (MARX, 1988, p.45).

Sobre a alienação do trabalho Mészáros (2008, p. 60) declara que:

(...) é um processo histórico, imposto não por uma ação exterior mítica de predestinação metafísica (caracterizada como o inevitável “dilema humano” – “estamos condenados ao vale das lágrimas”), tampouco por uma “natureza humana” imutável – modo como muitas vezes esse problema é

tendenciosamente descrito – mas pelo próprio trabalho, é possível superar a alienação com uma reestruturação radical das nossas condições de existência já muito estabelecidas e, por conseguinte, de “toda a nossa maneira de ser”.

Deste modo, a expressão “homem-mercadoria”, utilizada por Marx, consiste em que grande parte dos indivíduos é motivada a buscar aumentos de ganhos materiais e conforto, porém tal anseio é limitado pelo desejo de segurança e para evitar riscos (FROMM, 1983 p.15).

Porém a alienação não começa na produção da mercadoria, a educação também é uma das formas de preparar um indivíduo sujeito a ser alienado ao sistema capitalista, isso se dá pelo fato de a escola promover a cultura atual, seus valores e mentalidades, além da negação de uma nova realidade e afirmação da realidade atual. (SILVA, 2003 apud PARO, 2006, p. 21)

3.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade [...]. As coincidências da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora (MARX, apud, MÉSZÁROS, 2008, p. 21).

O capitalismo está estreitamente relacionado com a forma como a educação é transmitida à sociedade, sendo assim a atuação do professor também sofre influência de tal sistema.

“Educar es depositar em cada hombre toda la obra humana que le há antecedido, es hacer a cada hombre resumendel mundo vivente hasta el día em que vive...” (MARTÍ, apud MÉSZÁROS, 2008, p.58). Porém, isto é praticamente impossível em uma sociedade capitalista que impõe limitações ao sistema educacional.

Segundo Sader, (apud MÉSZÁROS, 2008, p. 16) com o capitalismo, a educação passa a ser vista como uma mercadoria, gerando uma crise no sistema público de ensino, tanto por ser pressionada pelas demandas do capital quanto pelo esmagamento de cortes dos recursos de orçamentos públicos.

Ainda sobre a íntima ligação do capitalismo com a educação, podemos analisar o discurso de Adam Smith (1763, apud MÉSZÁROS, 2008, p. 29) referente ao espírito

comercial “as mentes dos homens ficam limitadas, tornam-se incapazes de se elevar. A educação é desprezada, ou no mínimo negligenciada, e o espírito heroico é quase totalmente extinto”.

Mészáros (2008, p.45) reconhece que uma das principais funções da educação formal é o máximo de produção de conformidade ou consenso, abarcando assim a totalidade das práticas educacionais da sociedade estabelecida. Ou seja, o trabalho do professor é mediado também pela ideologia do capital de preparar desde a infância um exército de reserva para integrar o mercado de trabalho, sendo que alguns aspectos que o professor poderia estar melhorando para garantir uma consciência crítica em seus alunos são impedidos pelo sistema capitalista, pois este segundo Marx (1988, p. 51) quer apenas que “a força (potência) humana de trabalho [...] que mudar de forma nas diversas atividades produtivas, tem de estar mais ou menos desenvolvida [...] todo o homem comum, sem desenvolvimento especial (só precisa o básico), possui no seu organismo.”

Da maneira como estão as coisas hoje, a principal função da educação formal é agir como um cão de guarda ex-officio e autoritário para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização, de forma a subordiná-los às exigências da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2008, p. 55)

A partir disso ainda é possível observar que o produto do trabalho só realiza transformações no ser humano quando há um envolvimento afetivo em relação ao seu trabalho. Com o capitalismo, o professor passa a investir apenas energia física e psíquica, o que não torna possível o reconhecimento de seu próprio esforço no produto final – se os alunos são bem-educados o reconhecimento vai aos pais, porém se não é realizada uma boa educação a culpa é dos professores (CODO e GAZZOTTI, 2002, apud LAWDER, 2006).

Embora o trabalho pedagógico faça parte da camada de trabalhadores que são explorados através do modo de produção capitalista, citado acima, o trabalho do professor tem algumas singularidades que o diferencia dos demais trabalhadores.

Para entender melhor essas especificidades, tomemos as ideias de Marx (1978) que foram descritas por Paro (2006, p.67) a respeito da categoria em que os professores estão inseridos:

[...] os trabalhos desfrutáveis em forma de serviço, como o pedagógico, não produzem produtos separáveis dos trabalhadores e, dessa forma, só podem ser subsumidos formalmente ao capital, e mesmo assim de forma tímida, comparando-se com o volume da produção capitalista. [...] o conceito de trabalho não-material e entende o trabalho educativo dessa forma, pois seu produto não é algo palpável, mas um serviço.

Desta forma, entendemos que, apesar do trabalho do professor auxiliar na produção da mais-valia, pela disseminação dos valores necessários para a produção do capital, o produto final do seu trabalho não pode ser diretamente palpado, caracterizando este como um serviço.

Esse serviço é realizado em condições tão alienantes, tanto para o aluno quanto para o próprio professor, que pode ser caracterizado como uma desumanização, em que o ser humano passa a ser uma parte da produção, em que as relações se materializam, onde não há espaço para pensar criticamente, resultando em um ser que, segundo Sarup (1980, p.124):

[...] se destrói no processo. O objeto lhe é negado, e na medida em que o objeto materializa a sua subjetividade o capitalismo priva o sujeito de sua subjetividade e humanidade. [...] em muitos aspectos da educação, o potencial inerente aos indivíduos é negligenciado e a pessoa é considerada como uma mercadoria no mercado [...] o “potencial” é considerado apenas em termos da utilidade para as “necessidades sociais”, e, em lugar de ser desenvolvido, é explorado.

Assim, as escolas funcionariam como um moderador do potencial humano, fazendo com que as pessoas aprendam a ser conformistas e aceitem o que lhes é imposto.

Alguns problemas decorrentes desse sistema capitalista podem ser notados com frequência em boa parte dos professores e, segundo Silva (1996, p.18), são eles:

[...] salário de fome, descontado devido a uma reivindicação justa. Aulas de reposição nos sábados e feriados para equilibrar o salário do mês seguinte. [...] dor, humilhação descontentamento, tristeza, frustração. Boneco coisificado perante a sociedade e, o que é pior, perante a seus próprios alunos. [...] o cerco de estacas ideológicas (o capitalismo vai entrando aos poucos) é fincado quase que invisivelmente ao longo dos anos. De repente não existe mais espaço para um trabalho transformador e criativo.

A coisificação do professor se caracteriza pela trituração de sua consciência, implicando numa prática sem autonomia, em que o conteúdo reproduzido aos alunos já está pronto, não é o professor que escolhe o conteúdo ministrado aos seus alunos e, por diversas vezes, as metodologias e recursos usados para transferir esse conhecimento também são reduzidos a poucas possibilidades. (SILVA, 1996, p.19-23)

Além disso, o trabalho pedagógico é pouco valorizado pelas autoridades responsáveis “o professor é visto como um trabalhador improdutivo, [...] alguém que não gera divisas econômicas imediatas para o país. Daí as migalhas de verbas dedicadas ao desenvolvimento do setor educacional.” (SILVA, 1996, p.24)

4 TRABALHO E SOFRIMENTO NA ATIVIDADE DE SER PROFESSOR

O trabalho está no cotidiano de todos os sujeitos do mundo globalizado. As crianças frequentam creches e escolas cada vez mais cedo, para que seus pais possam trabalhar. Há toda uma preparação no ensino médio, para que os adolescentes consigam passar no vestibular e frequentem uma universidade que os prepare para o mercado de trabalho.

Trabalhar em algum ramo diz muito da pessoa e mexe com sua subjetividade, já que cada um vai ser conhecido como “o funcionário de determinada empresa” ou “a professora de determinada escola”. A sociedade julga a pessoa pela profissão que tem, já que algumas são mais remuneradas que as outras. Afinal, “o trabalho permite, constrói e expressa o indivíduo” (CODÓ, SORATTO, VASQUES-MENEZES, 2004).

Com isso a vida de muitos se modifica com ou sem trabalho, afinal segundo Silva (2011, p. 65):

O trabalho, como instância de caráter social, dá origem a fenômenos também de caráter coletivo no nível microssocial, ao mesmo tempo que interage com a subjetividade. Essas interações entre trabalho e subjetividade se fazem diretamente ou mediadas pela intersubjetividade e pela subcultura gerada no coletivo do trabalho.

Com toda essa importância dentro do cotidiano, o trabalho pode trazer sofrimento. Para apresentarmos uma correlação entre trabalho e sofrimento, utilizaremos as contribuições do psiquiatra francês Christophe Dejours que nos apresenta uma reflexão sobre essa temática, orientado sob o enfoque da psicodinâmica do trabalho.

Um dos parâmetros utilizados pelo autor para pensar o sofrimento mental ocasionado pelo trabalho é a concepção que desenvolve sobre saúde mental, na qual enfatiza que a saúde estaria ligada à criatividade e à liberdade. (Dejours 1986, p. 11, apud SANTOS e GALERY, 2010):

[...] a liberdade de dar a esse corpo a possibilidade de repousar, é a liberdade de lhe dar o que comer quando tem fome, de fazê-lo dormir quando ele tem sono (...). É, portanto, a liberdade de adaptação. (...) Bem estar psíquico, em nosso entender, é, simplesmente a liberdade que é deixada ao desejo de cada um na organização de sua vida.

Dejours (1986, apud SANTOS e GALERY, 2010) enfatiza a importância das pessoas terem controle sobre seu corpo, sobre a organização de seu trabalho e sobre sua própria vida, ou seja, o funcionamento humano, físico, psíquico e social é organizado pela mudança e não pela estabilidade.

A pressão que os funcionários sofrem no dia-a-dia dentro das empresas aliada às más condições de trabalho, faz com que a cada dia que passa haja mais patologias e psicopatologias dentro do trabalho.

Há o sofrimento dos que temem não satisfazer, não estar a altura das imposições da organização do trabalho: imposições de horário, de ritmo, de formação de informação, de aprendizagem, de nível de instrução e de diploma, de experiência, de rapidez de aquisição de conhecimentos teóricos e práticos e de adaptação a “cultura” ou a ideologia da empresa, as exigências do mercado, as relações com os clientes, os particulares ou o público etc. (DESSORS & TORENTE, 1996, apud DEJOURS, 2006)

Mas, apesar de o trabalho ter grande importância dentro da vida do sujeito, este não pode ser tratado como uma máquina que adentra ao seu local de trabalho e faz todos os serviços sem pensar, sentir, ou ter nenhuma preocupação que tenha trazido do seu cotidiano.

O organismo do trabalhador não é um “motor humano”, na medida em que é permanentemente objeto de excitações, não somente exógenas, mas também endógenas. O trabalhador não chega ao seu local de trabalho como uma máquina nova. (...) O trabalhador enfim, em razão de sua história, dispõe de vias de descarga preferenciais que não são as mesmas para todos e que participam na formação daquilo que denominamos estrutura da personalidade (DEJOURS 2006)

Dejours (1992, p. 25) ressalta que o sofrimento mental resulta da organização do trabalho, caracterizado pela sua divisão. No caso do professor, cada um possui uma especialização – o conteúdo da tarefa que envolve a sua atividade prática-, a significação de tarefa acabada em relação à determinada profissão e o estatuto social que está indiretamente relacionado ao posto de trabalho (MILANESI et. al., 2003), o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder e as questões de responsabilidade. No que se referem aos professores, estas passam de uma simples tarefa pedagógica para uma atividade de sua responsabilidade e até mesmo algumas atribuições familiares (AQUINO, 1996).

A respeito da responsabilidade (não poder faltar), esta pode auxiliar no desenvolvimento de um sentimento de vergonha no professor, que conforme Dejours (1992, p.33): “[...] pode-se considerar que a vergonha instituída aqui como sistema constitui uma verdadeira ideologia elaborada coletivamente [...] contra uma ansiedade precisa, a de estar doente [...] corpo incapacitado”.

O trabalho repetitivo é outro fator que causa stress nos trabalhadores, esse trabalho cria insatisfação, ansiedade e sofrimento, sendo estes considerados porta de entrada para as doenças psíquicas (DEJOURS, 1992, p. 133). Além disso, o medo é outro aspecto causador de stress no trabalho, pois ele se torna um instrumento de controle social do qual o sistema se utiliza para que todos trabalhem segundo a ordem capitalista (DEJOURS, 1992, p. 113).

Insta salientar que todo e qualquer sofrimento que o trabalho pode causar é escondido pelo sistema. Relacionado ao sofrimento no trabalho Dejours (1994) classifica quatro formas de ansiedade:

- Relativa à degradação do funcionamento mental, que resulta da desestruturação das relações psicoafetivas espontâneas com os colegas de trabalho, de seu envenenamento pela discriminação e suspeita, ou de sua implicação forçada nas relações de violência e de agressividade com a hierarquia. A desorganização dos investimentos afetivos provocada pela organização do trabalho pode colocar em perigo o equilíbrio mental dos trabalhadores. Em geral, eles têm consciência desse risco. A necessidade de descarregar a agressividade provoca a contaminação das relações fora da fábrica, e em particular, das relações familiares (DEJOURS, 1994).
- Relativa ao equilíbrio psicoafetivo, se referindo à desorganização do funcionamento mental. As exigências da tarefa terminam numa autorrepressão do funcionamento mental individual e num esforço para manter os comportamentos condicionados. A partir dos efeitos específicos da organização do trabalho sobre a vida mental dos trabalhadores, resulta uma ansiedade particular partilhada por uma grande parte da população trabalhadora: é o sentimento de esclerose mental, de paralisia da imaginação, de regressão intelectual, de certo modo até de despolarização (DEJOURS, 1994).
- Relativa à degradação do organismo, resultado do risco que paira sobre a saúde física, as más condições de trabalho colocam o corpo em perigo de várias maneiras: risco de acidentes de caráter súbito e de grave amplitude, doenças profissionais ou de caráter profissional, aumento do índice de morbidade, diminuição do período de vida, doenças “psicossomáticas”. Na organização do trabalho o alvo é o funcionamento mental. A ansiedade é a seqüela psíquica do risco que a nocividade das condições de trabalho impõe ao corpo (DEJOURS, 1994).
- Gerada pela “disciplina da fome” (luta pela sobrevivência), também considerada a ansiedade da morte. A disciplina da fome não faz parte diretamente da relação homem-organização do trabalho, mas acima de tudo, em sua condição (DEJOURS, 1994).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo explicitou a influência da sociedade capitalista no trabalho e consequentemente no mal-estar dos profissionais docentes, afinal foi possível visualizar que determinadas características simbolizam a atuação do professor e que esta depende do sistema hierárquico, pois presta contas aos superiores a respeito do bom rendimento dos alunos.

Sendo assim, a pressão que os professores sofrem no dia-a-dia dentro das escolas, por terem uma sobrecarga de trabalho caracterizada pela jornada intensa e exigência de realizar várias atividades simultaneamente, faz com que haja, a cada dia que passa, mais patologias e psicopatologias na profissão docente.

Assim, visto a partir das ideias de Marx (1844), o professor como qualquer outro trabalhador é explorado pelo sistema capitalista, mas a diferença está nos meios de produção, que no caso da educação não implica em investimentos para a melhoria deste serviço, isto porque não é importante para o Estado que as pessoas se desenvolvam além do necessário para serem inseridas no mercado de trabalho.

Levando em conta que o trabalho pedagógico não é valorizado, tendo o professor que enfrentar situações conflitantes, sobrevivendo com pouco e tendo que lidar com diversos problemas decorrentes de uma sociedade que visa apenas o lucro, onde relações de poder dificultam o processo de aprendizagem, pois não fornecem condições necessárias para que haja um bom rendimento, são problemas estruturais, econômicos e sociais que vão além da sala de aula.

O professor, apesar dos aspectos que dificultam sua atuação, tem a responsabilidade de transmitir conhecimento aos alunos, para que estes possam ter uma vida melhor. Esses e outros fatores contribuem para a doença no professor que desenvolve também uma ideologia de vergonha desta, chegando mesmo a se recusar a procurar ajuda e só efetiva uma ação em relação ao problema quando a dor se torna insuportável.

E quando a ajuda é buscada, pode acontecer a cobrança por parte do diretor a respeito da falta do profissional, que chega a ter de repor o conteúdo que seria passado aos alunos, ficando sobrecarregado com o pouco tempo para ensinar os mesmos.

Esta pressão recebida dos superiores para que ele dê conta do conteúdo em determinado tempo, tempo este que na maioria das vezes é muito pequeno, faz com que o

professor tenha que dar sempre a mesma aula, carregada de conteúdos, não podendo usar a criatividade para produzir aulas mais dinamizadas, afinal com isto estaria ‘perdendo tempo’.

Outro fator estressante no desempenho profissional do docente se refere às funções desempenhadas por este, que estão para além da proposta pedagógica, em que a escola passa a ter a função disciplinadora de seus alunos, e deste modo o professor é transferido de sua imagem de detentor de saber, para um sujeito que tem também a função de estabelecer valores e moldar o comportamento dos alunos, sendo que a base para o desenvolvimento das relações pessoais do sujeito não é mais aprendida no espaço familiar, tornando o professor responsável por isso.

Embora ajam mecanismos possíveis de melhorar as condições de trabalho do docente, ainda existem peculiaridades, como é o caso da realização das greves, direito dos funcionários públicos, porém, no caso dos professores, eles precisam comunicar as datas que as mesmas acontecerão com antecedência.

Ficando claro que os profissionais da educação estão adoecendo tanto física quanto psicologicamente, afinal, como qualquer outro trabalhador se torna refém da exploração do sistema capitalista.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M C, FREDERICO, R. Criatividade, inovação e controle nas organizações. Revista de Ciências Humanas, EDUFSC, v. 42, n. 1 e 2, p. 75-89, Florianópolis (SC) Abr./Out. 2008. Disponível em: http://www.allameda.com/www/saudebr/Criatividade_inovacao_e_controle_nas_organizacoes.pdf Acesso em: 04/09/2020
- AQUINO, J G. A desordem na relação professor-aluno: indisciplina, moralidade e conhecimento. In: _____ (org). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. São Paulo (SP): Summus, 1996, pg.39-55.
- BARBOSA, E A. Contexto e Perspectiva da Educação Pública Brasileira. 1978. Disponível em: http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_5a1af73a88.pdf Acesso em: 04/09/2020.
- CODO, W, SORATTO, L, VASQUES-MENEZES, I. Saúde Mental e Trabalho. In: ZANELLI, J. C., BORGES-ANDRADE, J. E., BASTOS, A. V. B. Psicologia, organizações e trabalho no Brasil. Porto Alegre (RS): Artmed; 2004.
- DEJOURS, C. A banalização da Injustiça Social. 7 ed. Rio de Janeiro (RJ): Fundação Getúlio Vargas; 2006.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5 ed. São Paulo (SP): CORTEZ; 1992.

DEJOURS, C, et al. Psicodinamica do Trabalho: Contradições da Escola Dejouriana à análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho. São Paulo (SP): Atlas; 1994.

DORE, R. Gramsci e o Debate sobre a Escola Pública no Brasil. Cad. Cedes, vol. 26, n. 70, p. 329-352, Campinas (SP): set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v26n70/a04v2670.pdf> Acesso em: 04/09/2020.

ESTEVE, J M. O Mal-Estar Docente a sala de aula e a saúde dos professores. 3 ed. Bauru (SP): EDUSC; 1999.

FRIGOTTO, G. Escola pública brasileira na atualidade: lições da história. In: LOMBARDI, J C, SAVIANI, D; NASCIMENTO, M I (orgs.) A Escola Pública no Brasil: História e historiografia. Campinas (SP): Autores Associados, 2005.

FROMM, E. Conceito Marxista do Homem. 8 ed. Rio de Janeiro (RJ): Zahar; 1983.

GASPARINI, S M, BARRETO, S M, ASSUNÇÃO, A A. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. Educação e Pesquisa, São Paulo (SP), v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf> Acesso em: 04/09/2020.

GATTI, B A, BARRETO, E S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília (DF): UNESCO; 2009.

KELLER, P F. O estilista e a indústria da moda. ISSN 1982-615x, ano 3, n. 6, p. 19-36, jul-dez 2010.

LAWDER, J M. A organização do trabalho escolar: um estudo sobre as interferências dos distúrbios vocais na pratica pedagógica no ensino fundamental. Dissertação de mestrado em educação: na linha de pesquisa práticas pedagógicas: elementos articuladores. Universidade Tuiuti do Paraná Proppe – Curitiba (PR); 2006.

MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos, 1844. In: MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos. 5 ed. coleção Os Pensadores. São Paulo (SP): Nova Cultural; 1991.

MARX, K. O capital: crítica da economia política/ Karl Marx; tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 3 ed, v.1. São Paulo (SP): Nova Cultural; 1988.

MESZÁROS, E. Educação para Além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MILANESI, K, et. al. Sofrimento Psíquico em Dejours. Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil. Cascavel (PR); 2003

NETTO, J P, BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. 4 ed. São Paulo (SP): Cortez; 2008.



DE 03 a 06 DE NOVEMBRO DE 2020 (EDIÇÃO ONLINE)

IV EIGEDIN 2020

IV ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

PARO, V H. A teoria do valor em Marx e a educação. São Paulo (SP): Cortez; 2006

SANTOS, A P, GALERY, A D. Controle sobre o trabalho: reflexões a partir do filme O sucesso a qualquer preço. VI Colóquio Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho/ I Congresso da Associação Internacional de Psicodinâmica e Psicopatologia do Trabalho, 2010. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100004

Acesso em: 04/09/2020

SARUP, M. Marxismo e educação. Rio de Janeiro (RJ): Zahar; 1980.

SILVA, E T. O professor e o combate a alienação imposta. 3 ed. São Paulo (SP): Cortez; 1996.

SILVA, E S. Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo. 1 ed. São Paulo (SP): Cortez; 2011

SKINNER, B F. Walden II: uma sociedade do futuro. Tradução: Nelson Raul Saraiva. 2 ed. São Paulo (SP): E.P.U.; 1978.